



Disciplina de Mercado

Relatório Anual de Divulgação Pública de Informação

Ano 2012



1.	Introdução	3
2.	Nota Introdutória	5
3.	Declaração de Responsabilidade	9
4.	Gestão de Risco	10
5.	Adequação de Capitais	13
6.	Risco de Crédito – Aspectos Gerais.....	15
7.	Risco de Crédito – Método Padrão	20
8.	Técnicas de Redução do Risco de Crédito	21
9.	Outros Riscos	22
10.	Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital	23
	Anexos.....	25

1. Introdução

O presente relatório pretende dar informação, complementar ao anexo às demonstrações financeiras anuais, sobre as posições e a atividade da Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., adiante designada por “Lisgarante”. Este decorre do previsto no Aviso nº10/2007 do Banco de Portugal, o qual consiste na transposição para o enquadramento normativo nacional do Pilar III – Disciplina de Mercado de Basileia II (*Disclosure*). A ordem de apresentação da informação é maioritariamente a estipulada no referido Aviso, apresentando-se, sempre que relevante, informação adicional ou mais detalhada.

O Conselho de Administração da Lisgarante mantém uma preocupação permanente em comunicar com os seus *stakeholders*, pelo que o Relatório de Disciplina de Mercado é tido como uma oportunidade para atingir este fim, enquadrando-se, assim, nos princípios orientadores da Sociedade.

Na prossecução do objetivo do reporte, o mesmo é composto, para além deste, por nove capítulos, cujo conteúdo é o descrito de forma sucinta seguidamente:

- **Nota Introdutória:** âmbito de aplicação do documento;
- **Declaração de Responsabilidade:** conforme estabelecido no Anexo I do Aviso nº10/2007, o Conselho de Administração atesta a qualidade e a veracidade da informação expressa no restante documento;
- **Gestão de Risco:** âmbito de aplicação e objetivos e políticas de gestão de riscos;
- **Adequação de Capitais:** análise das principais componentes de fundos próprios e da adequação do capital económico;
- **Risco de Crédito Aspetos Gerais:** descrição da estratégia e políticas de gestão do risco de crédito;
- **Risco de Crédito – Método Padrão:** caracterização da carteira de crédito de acordo com os ponderadores de risco que lhe estão associados;
- **Técnicas de Redução do Risco de Crédito:** descrição da estratégia e métodos de mitigação do risco de crédito;
- **Outros Riscos:** políticas associadas a riscos que não de crédito e sua forma de controlo;

Denominação do Reporte	Disciplina de Mercado
Suporte Regulamentar	Aviso nº 10/2007
Periodicidade de Divulgação	Anual
Base de Reporte	Individual
Referência	Ano 2012

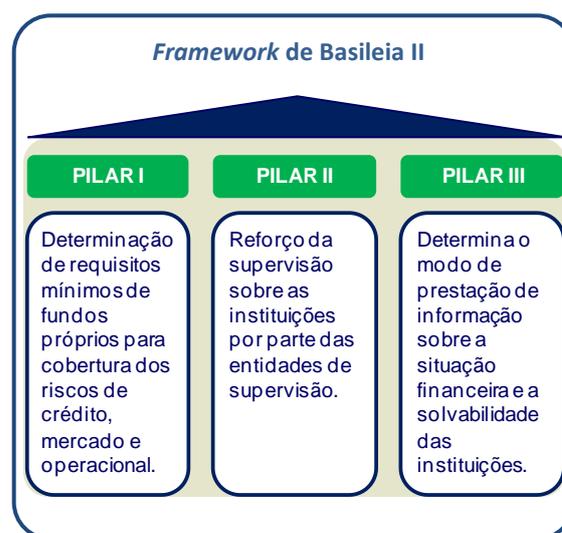


Figura 1- Framework de Basileia II

- **Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital:** principais conclusões dos testes de esforço realizados à capacidade de solvência da instituição;
- **Anexos:** Informação complementar.

Apenas foram consideradas as secções do Aviso acima referido, aplicáveis à Sociedade.

Podem existir alterações não significativas, nos valores reportados em relação à informação divulgada com referência ao período anterior devido a correções, posteriores à publicação, nos dados de suporte.

2. Nota Introdutória

A Lisgarante foi constituída juridicamente por cisão da SPGM - Sociedade de Investimento, S.A., em Julho de 2002, é uma Instituição de Crédito privada de cariz mutualista, enquadrada no Sistema Nacional de Garantia Mútua, cujo objetivo passa por impulsionar o investimento, a modernização e a internacionalização das micro, pequenas e médias empresas, mediante a prestação de garantias financeiras com o intuito de facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas à dimensão e ciclo de atividade da empresa assim como ao investimento pretendido pela mesma.

Informação Quantitativa

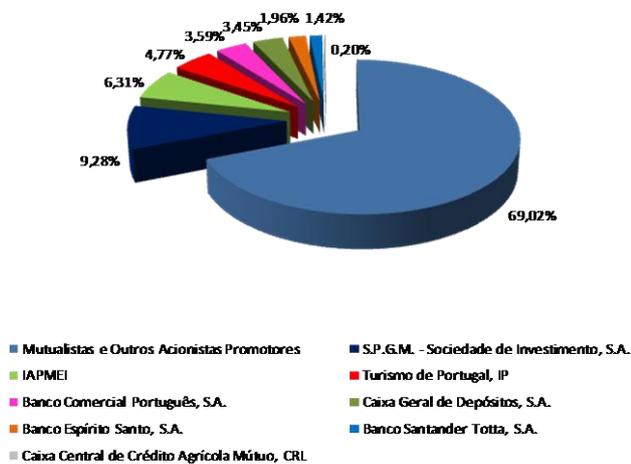


Figura 2 - Participações Financeiras

Nota: A informação detalhada consta do Anexo ponto 1.

O modelo de funcionamento do Sistema Nacional de Garantia Mútua assenta na partilha de risco com outras Instituições de Crédito, com óbvias vantagens para todos os intervenientes, quer seja pela diminuição do risco assumido pelos Bancos, quer pela alavancagem de capital investido na contragarantia por parte dos dotadores públicos, quer ainda pelo suporte à concretização dos projetos das empresas de uma forma economicamente racional e sustentável. A Sociedade iniciou a sua atividade em Janeiro de 2003 sendo participada por empresas e associações empresariais, pelo Estado Português através do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e do Turismo de Portugal, I.P., pela SPGM, bem como por várias Instituições Bancárias como o CGD, BCP, BES, BST e o BBPI, entre outras.

O Sistema Nacional de Garantia Mútua assenta em três pilares:

- Sociedades de Garantia Mútua, que prestam garantias a favor das PME ou entidades representativas destas;
- Um fundo nacional de “resseguro”, que cobre parte do risco das Sociedades de Garantia Mútua, alavancando a sua capacidade de apoio às PME. Este mecanismo, dotado com fundos públicos, é o Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM);
- Uma entidade “coordenadora” de todo o sistema, que gere o FCGM e dinamiza quer a criação e desenvolvimento das Sociedades de Garantia Mútua, quer a imagem do produto garantia mútua em favor das PME, ao mesmo tempo que presta serviços de centro de serviços partilhados às entidades do sistema. Essa entidade é a SPGM, que funciona na prática como “holding” do sistema.

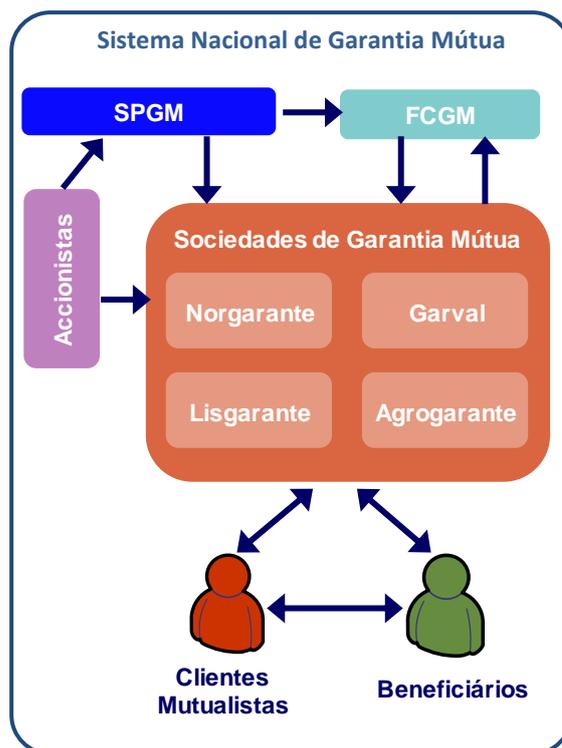


Figura 3- Sistema Nacional de Garantia Mútua

As linhas de atuação estratégica da Lisgarante são:

- Desempenhar um papel importante na prestação de garantias para facilitação da obtenção do financiamento pelas empresas permitindo, além da sua obtenção, a diminuição das garantias a prestar pelas empresas e pelos seus promotores;
- Adequar os prazos dos financiamentos às necessidades que visam financiar, apoiando as empresas na escolha das fontes de financiamento;
- Prestar outras garantias normalmente solicitadas às empresas no decurso da sua atividade corrente.

A necessidade de proximidade com o cliente decorrente do crescimento dos últimos anos impulsionou a Sociedade a reforçar as estruturas de suporte das agências nacionais, contando agora com três agências: Lisboa, Algarve e Madeira. A aposta na fidelização de clientes – mutualistas – teve os primeiros passos no ano transato com a aposta em ações de divulgação comercial nas áreas onde as suas agências estão localizadas, investimento que tem por principal objetivo o estreitamento das

relações comerciais com os mutualistas, em interligação com outras ações de comunicação nomeadamente, as newsletters.

Nos eventos promovidos pela Lisgarante, em 2012 foi dada continuidade à realização de eventos de âmbito regional, em estreito relacionamento entre as associações empresariais e a estrutura de Agências da Lisgarante, em cada uma das regiões onde a Sociedade opera, promovendo o contacto direto e o conhecimento da Garantia Mútua. Estas ações promoveram a interação entre os clientes e a estrutura comercial e realizaram-se ao longo do ano, com o nome de “Conversas Mútuas” (em Lisboa, Palmela e Madeira), sendo que, embora não se tenha cumprido a ação de 2012 prevista para a região do Algarve, a mesma será realizada no início de 2013. Em cada uma destas sessões, a Lisgarante contou com uma média de oitenta convidados em sala, tendo obtido uma resposta muito positiva, confirmada através de inquéritos realizados para o efeito.

Já durante o ano de 2013, realizou-se o 5º Fórum Empreendedorismo, onde foram aprofundados temas como o financiamento, as potencialidades da Garantia Mútua no apoio ao empreendedorismo, à expansão e internacionalização das empresas portuguesas, os recursos nacionais, o papel da economia social, da educação e da formação, e a construção de “uma nova economia para Portugal”. O evento foi promovido pelo Sistema Nacional de Garantia Mútua sob o lema “A audácia de mudar”, tendo-se debatido e apontado estratégias a seguir para ultrapassar a crise e dar novos rumos à economia nacional, a partir de contributos de cerca de 1.500 empresários, gestores, decisores políticos e académicos

Relativamente a novos protocolos, destacamos a assinatura em 2013 do primeiro acordo de contragarantia entre o Fundo Europeu de Investimento e a Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua ao abrigo do *Competitiveness and Innovation Programme* (CIP), que permite o lançamento de uma nova linha de crédito no montante aproximado de 200 milhões de euros, que se estima venha a permitir apoiar mais de 500 PME's em Portugal no acesso ao crédito.

Ainda em 2012 foi assinado um Protocolo com o Turismo de Portugal, IP, para apoiar as empresas deste setor na sua gestão de tesouraria. A par das SGM assinaram o documento diversas Instituições de Crédito.

O organigrama da Sociedade é o que se apresenta a baixo.

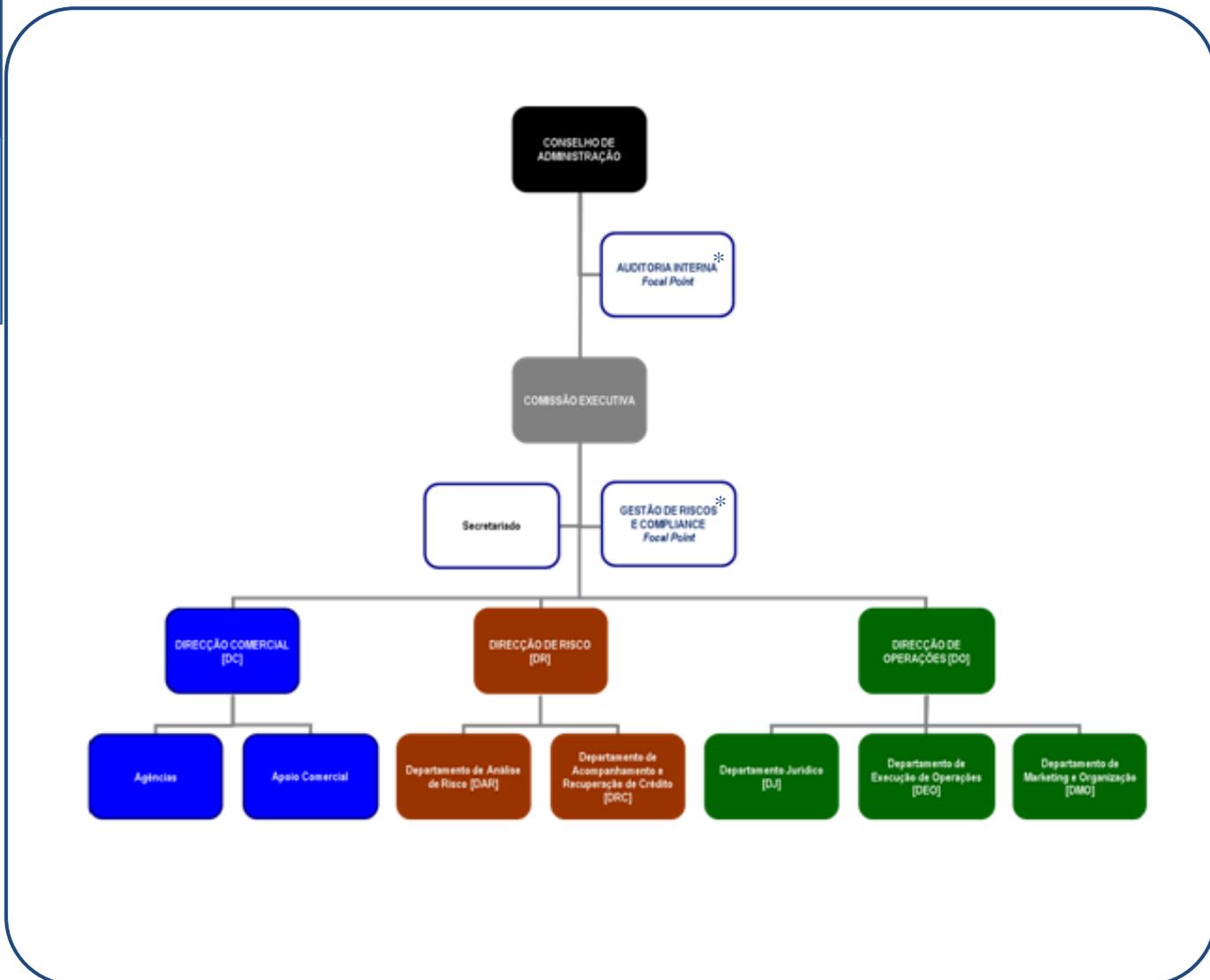


Figura 4 – Organigrama da Sociedade

* As funções de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna são assegurados centralmente pela SPGM, para todas as entidades do Sistema Nacional de Garantia Mútua (SNGM), existindo em cada SGM um técnico dedicado (focal point), que trata de cada uma destas áreas e articula com a Direcção Central na SPGM.

3. Declaração de Responsabilidade

O Conselho de Administração da Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.:

- Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- Assegura a qualidade de toda a informação divulgada,
- Compromete-se a divulgar, de forma tempestiva, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento se refere.

Não se verificou a ocorrência de quaisquer eventos relevantes entre o termo do exercício a que o presente reporte se refere e a data da sua publicação.

Assinaturas:

4. Gestão de Risco

A gestão do risco constitui, para a Sociedade, uma atividade de primordial importância, para a qual estão definidos princípios orientadores, processos, uma estrutura organizacional e sistemas de medição, cobertura e monitorização do risco.

4.1 Princípios Orientadores e Estratégia

Os princípios orientadores e estratégia da Lisgarante constituem a salvaguarda da sua solidez financeira, assegurando a conformidade com o enquadramento regulamentar, assim como a identificação, medição e monitorização dos riscos da atividade.

Devido à unicidade do negócio da Sociedade, centrada na prestação de garantias, o risco de crédito é aquele que assume uma expressão de maior relevância. O risco de crédito consiste na ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte respeitar os seus compromissos financeiros perante a Sociedade.

O risco operacional é, ainda que numa menor escala, um risco considerado como relevante pelo Conselho de Administração consistindo na ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de *outsourcing*, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

4.2 Processos de Gestão

Na prossecução da estratégia definida e tendo em conta a importância de um assertivo acompanhamento e avaliação do risco, a Sociedade acompanha a evolução da carteira com indicadores de gestão mensais, nos quais se inclui o rácio de solvabilidade.

O sistema de controlo interno é monitorizado e avaliado sendo identificadas as principais fragilidades e definidos planos de ação, acompanhados pelo Conselho de Administração. Pela adopção das normas de Basileia II a Sociedade adoptou a abordagem *standard* no que se refere ao cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios afectos ao risco de crédito e a abordagem do indicador relevante relativamente ao risco operacional. Adicionalmente, implementou novos processos de gestão e monitorização do risco, dos quais se destacam a execução de testes de esforço para os riscos identificados na secção 4.1 e a avaliação da adequação do seu capital interno.

A Sociedade desenvolveu ainda todas as iniciativas conducentes ao cumprimento dos normativos do Banco de Portugal e demais legislação enquadrados no processo de supervisão bancária, tendo o Conselho de Administração incorporado todos estes processos como ferramentas de gestão.

4.3 Estrutura Organizacional

A gestão dos riscos relevantes a que a Sociedade está exposta é assegurada pelas seguintes unidades e funções com responsabilidades específicas:

- **Conselho de Administração:** define as orientações estratégicas da Sociedade e aprova o plano de atividades, garantindo que o mesmo contempla as atividades necessárias para ultrapassar as insuficiências detetadas na gestão dos riscos a que a Sociedade está exposta;

- **Comissão Executiva:** acompanha e garante a execução das atividades previstas no âmbito da gestão dos riscos;

- **Direção de Gestão de Riscos e Compliance (transversal ao SNGM)** e subdividida nos Departamentos de:

- ♦ **Gestão de Riscos:** identifica, avalia e controla os diferentes tipos de riscos assumidos, implementando políticas, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias do Sistema Nacional de Garantia Mútua desenvolvendo ainda técnicas de avaliação e otimização de capital;

- ♦ **Compliance:** tem como missão assegurar o cumprimento pela Sociedade e pelos seus colaboradores das regras legais, estatutárias, regulamentares, éticas e de conduta aplicáveis;

- **Direção de Auditoria Interna (transversal SNGM):** tem como missão avaliar a adequação e eficácia dos processos de gestão de riscos, e do sistema de controlo interno;

- **Direção de Risco Interna:** concretamente no caso do risco de crédito, analisa a situação económica e financeira das empresas proponentes das garantias, emite pareceres sobre as operações de garantia propostas pela Direção Comercial e monitoriza as empresas em situação económico-financeira difícil e quantifica as perdas esperadas.

4.4 Sistemas de Informação e Medição do Risco

A plataforma informática da Sociedade, constituída pelos sistemas de informação e pelas infraestruturas físicas, é essencialmente fornecida pela SPGM, enquanto prestadora de serviços desta natureza para todas as SGM. A este nível tem vindo a ser realizados, investimentos relevantes em sistemas e infraestruturas para dar resposta ao crescimento da atividade e do respetivo número de transações.

4.5 Políticas de Cobertura e Redução do Risco

GESTÃO DE RISCO

A política de cobertura e redução do risco de crédito depende em grande medida da utilização do FCGM e da obtenção de colaterais de crédito dos seus clientes.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES E ESTRATÉGIA

Nas operações de crédito, o FCGM contragarante, no mínimo, 50% do valor de cada garantia prestada. Em operações associadas a financiamento bancário de médio e longo prazo verificadas determinadas condições a contragarantia poderá aumentar para 75%. O nível de contragarantia, dependendo da cobertura estabelecida para as diferentes gavetas do FCGM, pode ainda, sob determinadas circunstâncias, ser superior.

PROCESSOS DE GESTÃO

A Sociedade detém, ainda, o penhor das ações representativas do seu capital social adquirido pelos mutualistas, como previsto na lei bem como a condição de *negative pledge* sobre bens da empresa. Para além destas, a Sociedade pode solicitar, de acordo com a análise do grau de risco inerente à operação, contragarantias, nomeadamente, reais e pessoais.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para fazer face aos riscos operacional, de sistemas de informação e de *compliance*, a Sociedade tem vindo a aumentar o investimento na informatização das atividades e a implementar controlos internos com o objectivo de diminuir a ocorrência de eventos associados a este tipo de riscos.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE MEDIÇÃO DO RISCO

No capítulo 9. Risco Operacional é abordada, em maior detalhe, a forma de gestão do risco operacional.

4.6 Estratégias e Processos de Monitorização

POLÍTICAS DE COBERTURA E DE REDUÇÃO DO RISCO

O objectivo primordial da estratégia de monitorização dos riscos consiste na identificação antecipada de questões que possam desencadear problemas de liquidez e solvabilidade.

ESTRATÉGIAS E PROCESSOS DE MONITORIZAÇÃO

Os principais processos de monitorização correspondem ao acompanhamento de indicadores de gestão mensais pela Comissão Executiva (e.g. acompanhamento mensal do rácio de solvabilidade), a avaliação da adequação do capital interno (descrito no ponto 5.2 ICAAP), a realização de testes de esforço (descrito no ponto 10 Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital), a avaliação do sistema de controlo interno e a avaliação da necessidade de constituir provisões para fazer face ao risco da carteira de crédito (descrito no ponto 6.4).

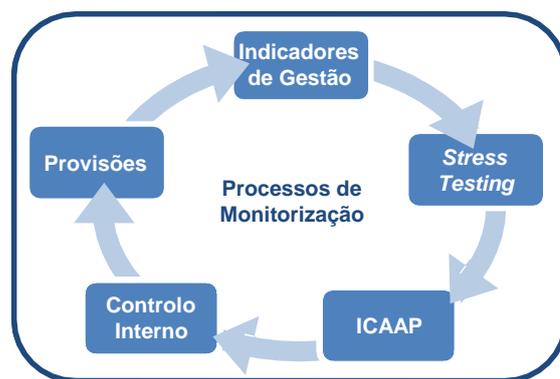


Figura 5 – Processo de Monitorização

5. Adequação de Capitais

Neste capítulo, são caracterizados os fundos próprios atuais e a sua variação face ao ano anterior, assim como o processo de avaliação de adequação de capital interno.

5.1 Caracterização de Fundos Próprios

O apuramento dos Fundos Próprios está regulamentado no Aviso nº 12/92 do Banco de Portugal, com as alterações efectuadas desde a sua publicação. Os Fundos Próprios Totais correspondem à soma dos Fundos Próprios de Base (também designados de “Tier1”), com os Fundos Próprios Complementares (designados de “Tier 2”) e pelos Fundos Próprios Suplementares (“Tier3”). A principal parcela dos Fundos Próprios da Lisgarante corresponde aos Fundos Próprios de Base após deduções, nos quais se incluem fundamentalmente: capital realizado, reservas legais e estatutárias e resultados transitados.

Os fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade totalizaram, em Dezembro de 2012, 49,9 milhões de euros, o que representa um aumento de aproximadamente 4,29% face a 2011 (vide Figura 6).

Os fundos próprios base representam 99,6% dos fundos próprios totais. O capital realizado ascendeu a 50 milhões de euros. A Lisgarante utiliza o método padrão para apuramento dos requisitos de capital prudencial regulamentar, mantendo os seus níveis de capital adequados à sua atividade presente assim como à sua estratégia futura. Os Requisitos de Fundos Próprios totalizam, em 2012, 23,9 milhões de euros, o que corresponde a um

Informação Quantitativa



Figura 6 – Composição dos Fundos Próprios

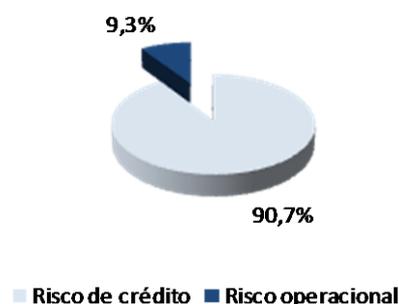


Figura 7 – Composição dos Requisitos de Fundos Próprios

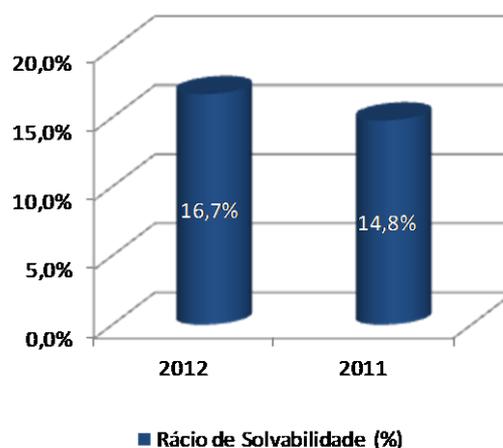


Figura 8 – Rácio de Solvabilidade

Nota: A informação detalhada consta do Anexo ponto 2.

decréscimo de, aproximadamente, 7,63% face a 2011.

Os Requisitos de Fundos Próprios estão afetos, em 90,7%, ao risco de crédito e o remanescente ao risco operacional (vide Figura 7).

A Sociedade mantém, tanto em 2012 como em 2011, níveis de solvabilidade superiores ao valor mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

Em Dezembro de 2012, o rácio de solvabilidade ascendeu a 16,7%, verificando-se um crescimento face ao período homólogo de 1,9 pontos percentuais, mantendo deste modo os níveis de solvabilidade em patamares adequados.

5.2 ICAAP

No sentido de inferir quanto à adequabilidade do capital interno e dar resposta à Instrução n.º 15/2007 denominada “Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP)”, a Sociedade procedeu à definição das abordagens para cálculo do capital económico dos riscos de crédito, operacional e de estratégia, apoiando-se para tal num grupo de trabalho definido ao nível do Sistema Nacional de Garantia Mútua, responsável pelo planeamento do ICAAP sendo constituído pela diretora de gestão de riscos, administradores residentes de todas as sociedades e diretor geral da Agrogarante .

O modelo de governação para elaboração do ICAAP envolve ainda as seguintes unidades de estrutura, cuja competência é abaixo descrita:

- **Comité do Sistema de Garantia Mútua:** planeamento do ICAAP e análise dos planos de ação;
- **Conselho de Administração:** definição dos objetivos de gestão e aprovação dos planos de ação;
- **Áreas Operacionais da Sociedade:** disponibilização de informação e, se aplicável, implementação dos planos de ação;
- **SPGM:** Departamento de Gestão de Riscos: preparação e execução do cálculo do capital económico, preparação do relatório, e apoio e controlo da implementação dos planos de ação.

A abordagem de cálculo do capital económico integra a realização de testes de esforço para avaliar a solidez da Sociedade perante cenários considerados plausíveis.

Após o apuramento do capital económico é realizada uma comparação entre o valor apurado e os fundos próprios disponíveis, através da qual são tomadas decisões ao nível da alocação e adequação do capital interno.

O último reporte do ICAAP ao Banco de Portugal foi realizado no final do primeiro trimestre de 2013.

6. Risco de Crédito – Aspectos Gerais

Neste capítulo é caracterizada a gestão e exposição da Sociedade ao risco de crédito.

6.1 Conceitos

O risco de crédito pode ser definido como o risco de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de clientes relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Sociedade no âmbito da sua atividade de prestação de garantias.

Com vista à determinação do crédito objeto de imparidade, a Sociedade efetua uma revisão mensal da sua carteira de crédito recorrendo à análise das contas da empresa, informação de rating externo da, existência de incidentes de crédito (internos ou externos) e informações recolhidas no processo de acompanhamento de empresas.

Para efeitos contabilísticos, a rubrica crédito e juros vencidos refere-se a comissões vencidas e execuções de garantias, o crédito em incumprimento representa o crédito vencido há mais de 30 dias mais o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento, sendo feita a aplicação da alínea a) do n.º 1 do n.º 4 do Aviso nº3/95.

RISCO DE CRÉDITO
ASPECTOS GERAIS

CONCEITOS

RISCO DE
CONCENTRAÇÃO

CORREÇÕES DE VALOR E
PROVISÕES

GESTÃO DO RISCO DE
CRÉDITO

6.2 Risco de Concentração

No sentido de avaliar a concentração das posições em risco da carteira de crédito, cujo valor ascendeu, em Dezembro de 2012, a 860 milhões de euros, foi analisada a distribuição geográfica e setorial da mesma, o número de garantias por intervalos de montante, o número de garantias por beneficiário e a concentração por cliente.

Tal como decorre da distribuição estratégica de atuação das Sociedades de Garantia Mútua pelo país, e como é visível na Figura 9, as operações associadas às posições em risco situam-se na zona sul do país. Pelo mesmo motivo podemos verificar um maior nível de atividade nos locais onde a Lisgarante tem as suas agências: Lisboa, Algarve (Albufeira) e Região Autónoma da Madeira (Funchal).

A análise por setor consistiu a afetação das posições em risco viva por CAE (Código das Atividades Económicas) de 1º nível sendo (Figura 10) depois feita a análise mais detalhada do CAE como maior peso na carteira da Lisgarante, isto é, a Comercio por grosso e a retalho (30,25%).

A este nível, e como é visível na Figuras 11, a Comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados (19,19%), seguida do Comércio por grosso de bens de consumo, (14,00%) e do Comércio a retalho de outro equipamento para uso doméstico, em estabelecimentos especializados (11,82%) são as repartições dentro do CAE G com as maiores parcelas da carteira de garantias da Sociedade.

Informação Quantitativa

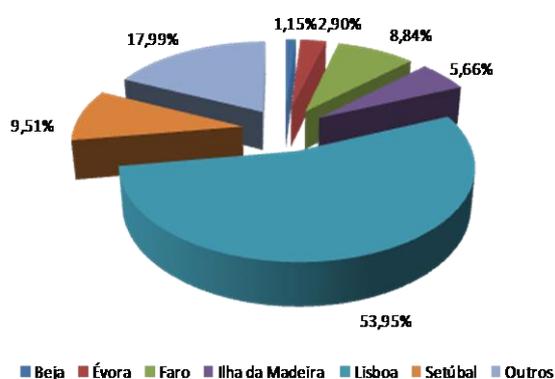


Figura 9 – Segmentação por Distrito



Figura 10 – Segmentação por Sector

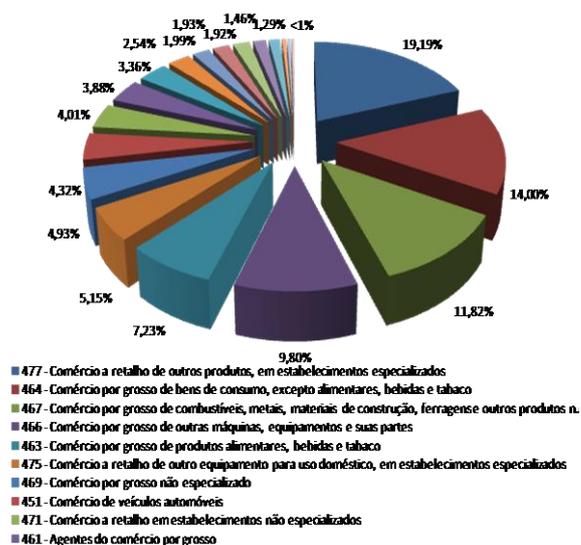


Figura 11 – Segmentação do CAE G – Comercio por grosso e Retalho

RISCO DE CRÉDITO
ASPECTOS GERAIS

Relativamente ao prazo de vencimento residual das posições em risco original, cerca de 74,9% das garantias vivas têm vencimento residual superior a um ano e inferior a cinco anos (vide Figura 12).

CONCEITOS

Relativamente ao número de contratos por intervalos de montante de garantia, é possível concluir, com base na figura 13 que, cerca de 91,91% das garantias têm um valor inferior a 50 mil euros. Confirmando o cariz do Sistema para apoio a PME e pequenos negócios.

RISCO DE
CONCENTRAÇÃO

Com base na figura 14, conclui-se que existe uma grande diversidade das entidades beneficiárias das garantias prestadas sendo o BBPI, BES, BST, BCP e a CGD são os beneficiários com maior número de garantias vivas.

CORREÇÕES DE VALOR E
PROVISÕES

GESTÃO DO RISCO DE
CRÉDITO

Informação Quantitativa

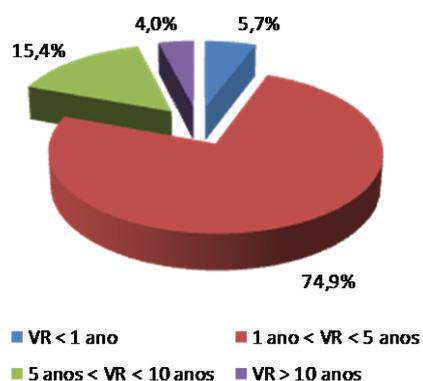


Figura 12 – Composição do Crédito Vivo por Vencimento Residual

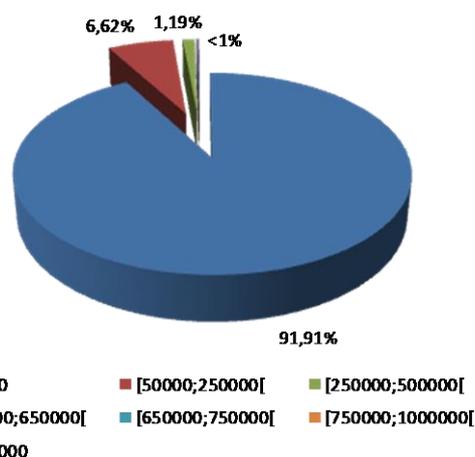


Figura 13 – Composição do Número de Garantia por Intervalos de montante das mesmas

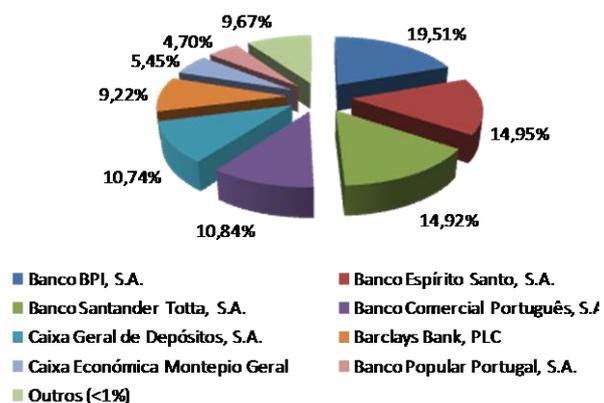


Figura 14 – Composição do Número de Garantias por Beneficiário

6.3 Correções de Valor e Provisões

A Sociedade constitui provisões para crédito vencido, riscos gerais de crédito, económicas.

As provisões para crédito vencido refletem o provisionamento dos documentos financeiros vencidos e das garantias pagas sendo constituídas de acordo como o Aviso nº. 3/95 do Banco de Portugal. Adicionalmente a Sociedade tem como critério o total provisionamento, no ano de execução, das garantias acionadas nesse mesmo ano.

De acordo com o apresentado na tabela 6 do Anexo a este relatório, o acréscimo de provisões

para crédito vencido é justificado, em grande parte, pelo agravamento da conjuntura económica nacional e europeia e o seu reflexo no tecido empresarial Português, concretizando-se num maior número de garantias acionadas.

As provisões para riscos gerais de crédito visam cobrir transversalmente o risco genérico da carteira, estipulando o Aviso nº. 3/95 do Banco de Portugal que estas devem corresponder a 1% do valor da carteira líquida da Sociedade. As provisões para riscos gerais de crédito sofreram um decréscimo face ao valor registado em 2011 devido à diminuição da carteira líquida da Lisgarante.

Adicionalmente, e tal como é política da Sociedades, foram constituídas, neste exercício, provisões económicas de cerca de 14 milhões euros, tendo em atenção o risco específico de cada operação.

O crédito vencido totalizou, em 2012, 23,7 milhões de euros, o que corresponde a um rácio de crédito vencido de 2,75% da carteira viva no final do exercício.

A classe de crédito vencido com mais relevância diz respeito ao horizonte temporal entre os 12 e os 24 meses, a qual totalizando, aproximadamente, 7,0 milhões de euros (Figura 15).

O crédito vencido da Lisgarante encontra-se provisionado em 97,3%.

Informação Quantitativa

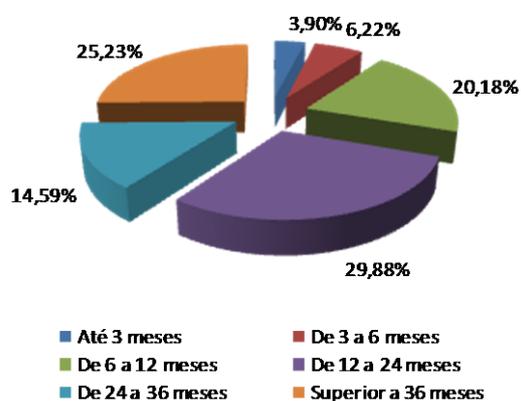


Figura 15 – Composição do Crédito Vencido por Classes

6.4 Gestão do Risco de Crédito

Os princípios orientadores da gestão do risco são compostos pelos elementos de avaliação da área comercial e pela avaliação independente da área de risco de crédito, nomeadamente pela atribuição de rating interno, análise económica e financeira, monitorização de indicadores financeiros e setoriais assim como pelo permanente acompanhamento comercial. Todo o processo de acompanhamento tem subjacente a recolha criteriosa de informação relevante, histórico do cliente e da sua atividade a fim de identificar eventos suscetíveis de afetar a sua probabilidade de incumprimento.

Esta Informação é tratada com base no sistema interno de rating, que nesta altura, está a ser alvo de um upgrade significativo.

Verificada a ocorrência de um incumprimento por parte de um cliente, este passa a ser acompanhado por uma área específica DRC – Departamento de Acompanhamento de Recuperação de Crédito, que avalia o potencial de recuperação através da renegociação ou da execução dos colaterais existentes.

Ao nível de adequação de capital são realizados regularmente os exercícios ICAAP, testes de esforço, tendo em conta, em ambos os casos o agravamento das condições de atuação da Sociedade.

7. Risco de Crédito – Método Padrão

A Sociedade calcula os requisitos mínimos de Fundos Próprios de acordo com o Método Padrão, conforme previsto nos art. 10º a 13º do Decreto-Lei nº. 104/2007 de 3 de Abril, segundo as várias classes de risco, tipo de exposição e ponderador de risco, tal como decorre da Parte 2 do Anexo III ao Aviso nº. 5/2007.

De acordo com esta metodologia a avaliação do risco a que a Sociedade está exposta, as suas posições em risco são segmentadas por classes de risco e calibradas por um conjunto de ponderadores pré-definidos pela entidade de supervisão (de acordo com Basileia II). Estes ponderadores estão dependentes em alguns casos, da existência de notações externas (*ratings*) e da qualidade creditícia que é indicada por essas mesmas notações. As notações externas usadas pela Sociedade para ponderação de alguns dos seus ativos são atribuídas, segundo o Aviso nº. 5/2007 do BdP, pelas agências de notação Moody's, Standard & Poor's, Fitch e Companhia Portuguesa de Rating (Aviso nº. 10/2007 do BdP). O processo de escolha da avaliação de crédito estabelecida

pela agência de notação passa pela escolha dos dois ponderadores de risco mais reduzidos e, em caso de serem diferentes, o mais elevado (de acordo com o estipulado na parte 4 do Anexo III do Aviso nº. 5/2007 do BdP).

Na Figura 17, é possível verificar que a classe de risco Carteira de Retalho contempla o maior volume de posições em risco, representando 86,67% do total das posições em risco, esta classe de risco inclui a carteira de garantias da Sociedade. As restantes posições enquadram-se nas classes de risco VI – Instituições (depósitos bancários e contragarantia recebida do FCGM), XIII – Outros elementos, X – Elementos vencidos, e IX – Posições com garantia de bens imóveis.

Com base na figura 17 as posições em risco são ponderadas, sobretudo, a 20% e 75%, isto é, respetivamente, posições em risco garantidas por Instituições e carteira de retalho.

Informação Quantitativa

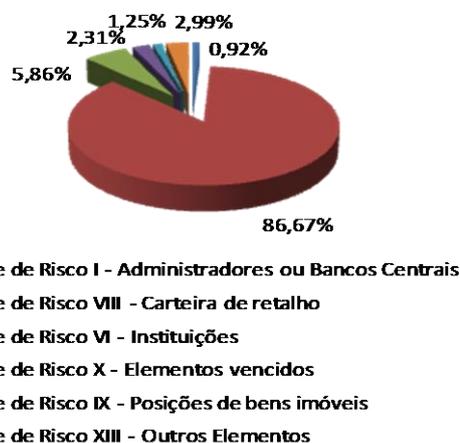


Figura 16 – Composição da Posição em Risco Original por Classe de Risco

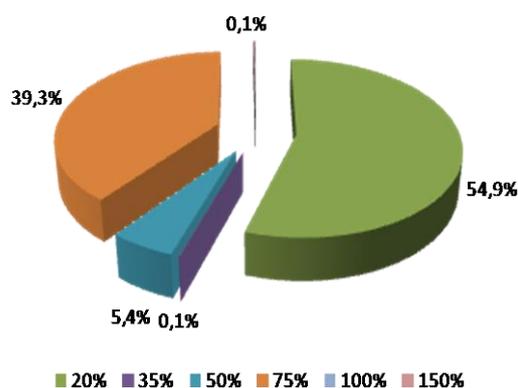


Figura 17 – Requisito de Fundos Próprios por Ponderador de Risco

8. Técnicas de Redução do Risco de Crédito

De acordo com os melhores princípios de gestão de risco a Lisgarante utiliza técnicas de mitigação de risco, salvaguardando em parte os incumprimentos. Entre as mais importantes ferramentas de mitigação de risco de crédito encontram-se, ao nível das garantias pessoais, a contragarantia do FCGM e avais prestados, e das garantias reais, as hipotecas recebidas. As garantias aqui consideradas são as que cumprem os critérios de aceitação do BdP. A contragarantia prestada pelo FCGM tem o efeito de substituição de crédito o que significa que, ocorre uma transferência do risco associado à exposição original para o do prestador de proteção. No final de 2012 o Fundo de Contragarantia Mútuo, cobria 81,7% da carteira de garantias da Sociedade.

Independentemente da contragarantia do FCGM a carteira está coberta por hipotecas, avais e outros colaterais.

Na figura 19 é apresentada a taxa de cobertura do FCGM por classes de risco: Classe Risco VIII - Carteira de retalho e Classe Risco IX - Posições com Garantia de bens imóveis com garantia de bens imóveis – ascende a 94,3% e 80,6% respetivamente.

Informação Quantitativa

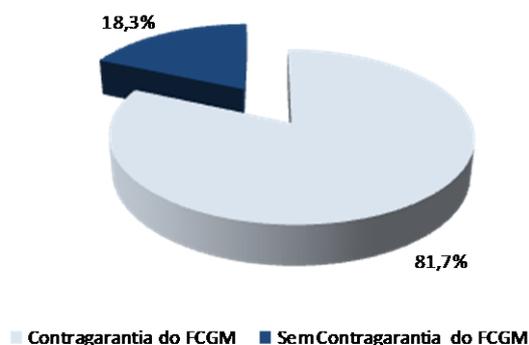


Figura 18 – Composição da Carteira por Tipo de Colaterais de Crédito

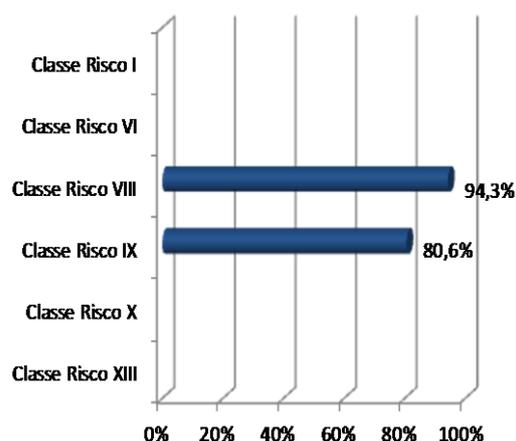


Figura 19 – Grau de Cobertura das Garantias por Classe de Risco

9.Outros Riscos

A Lisgarante calcula os requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional pelo método do indicador básico. De acordo com este método, o requisito de fundos próprios para risco operacional é igual a 15% do indicador relevante calculado como a média dos últimos três anos da soma de algumas das mais importantes rubricas contabilísticas como sejam, a margem líquida de juros e outras receitas.

Informação Quantitativa

Valores em milhares de euros

		Método do indicador Básico
Indicador Relevante	2010	14 614
	2011	16 117
	2012	13 648
Requisitos de Fundos Próprios		2 219

Figura 18 – Requisito de Fundos Próprios para Risco Operacional

Em 2012, os requisitos de fundos próprios totalizaram 2 219 milhares de euros.

Ao nível do risco de liquidez, a Sociedade tem, por regra, o financiamento através de capitais próprios. Ao nível da aplicação de fundos é política da Sociedade a sua aplicação em depósitos a prazo em Bancos de primeira linha com remuneração e capital garantido, sendo o prazo médio tendencialmente reduzido. Adicionalmente é feita a rotação das entidades recetoras de capital. A Lisgarante adquiriu neste exercício obrigações do tesouro sendo sua intenção deter estes investimentos até à maturidade.

10. Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

A realização de testes de esforço tem como objetivo mensurar o impacto de choques extremos e adversos nas condições financeiras de uma Instituição, no âmbito dos vários riscos.

10.1 Natureza dos Riscos

Apenas os riscos materialmente mais relevantes, risco de crédito, operacional, *Compliance*, sistemas de informação e estratégia foram alvo de testes de esforço.

10.2 Modelos Internos para Avaliação do Risco

A Lisgarante efetua testes de esforço (stress tests) em cumprimento da Instrução nº. 32/2009 do Banco de Portugal. Estes testes constituem uma importante ferramenta de avaliação de exposição ao risco da atividade da Sociedade quando exposta a mudanças severas mas plausíveis no enquadramento da mesma.

A execução dos testes de esforço envolve as seguintes unidades de estrutura, cuja competência é a descrita:

- **Comité do Sistema de Garantia Mútua:** planeamento e definição dos testes, análise e proposta dos planos de ação;
- **Conselho de Administração:** definição da magnitude dos impactos e aprovação dos planos de ação;
- **Áreas Operacionais da Sociedade:** disponibilização de informação, submissão de relatórios e implementação dos planos de ação;
- **SPGM:** Departamento de Gestão de Riscos: preparação dos testes, preparação do relatório e implementação dos planos de ação.

A metodologia de cálculo do risco de crédito, no âmbito dos testes de esforço, implica a definição dos impactos das variáveis que afetam a instituição, tendo em conta a envolvente interna e externas, procedendo-se posteriormente à efetiva realização dos testes.

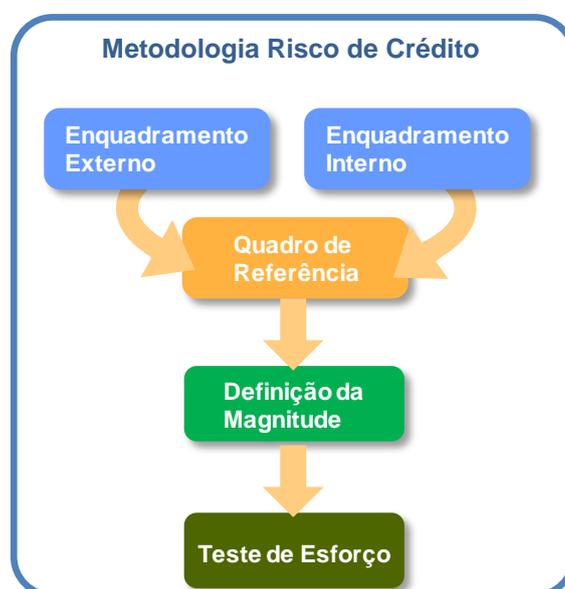


Figura 19 – Metodologia de Risco de Crédito



Figura 20 – Metodologia de Outros Riscos

Para os riscos operacional, *compliance*, sistemas de informação e estratégia, foram definidas as magnitudes dos eventos desta natureza. Em cada evento são analisados os fatores de mitigação, que correspondem ao efeito decorrente dos mecanismos de controlo interno da Sociedade.

Em cada teste aos eventos, são seleccionadas as rubricas contabilísticas relevantes para o evento em questão, de acordo com os fatores de risco considerados. A determinação quantitativa das perdas esperadas é efetuada com a atribuição de uma percentagem de impacto a cada rubrica contabilística considerada relevante.

Salvo se for especificado no teste, a frequência de realização dos testes de esforço será, no mínimo, semestral.

10.3 Análise dos Testes de Esforço

Para os testes de esforço efectuados ao risco de crédito, importa salientar que a simulação do agravamento do nível de execução das garantias não produziu efeitos significativos no rácio de solvabilidade e nos requisitos de fundos próprios.

Nos testes de esforço realizados para os restantes riscos, risco operacional, de *compliance*, risco de sistemas de informação e risco de estratégia, não se verificaram impactos relevantes no valor dos activos, resultados operacionais, requisitos mínimos de fundos próprios, resultados líquidos e rácio de solvabilidade.

Anexos

1. Participações Financeiras

Acionista Promotor	Nº Ações
S.P.G.M. - Sociedade de Investimento, S.A.	4 641 834
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	3 152 610
Turismo de Portugal, IP	2 386 920
Banco Comercial Português, S.A.	1 797 360
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1 725 450
Banco Espírito Santo, S.A.	978 794
Banco Santander Totta, S.A.	709 399
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	100 000
COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, SA.	70 000
Banco BPI, S.A.	23 165
NORGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MUTUA, S.A.	5 780
Caixa Económica Montepio Geral	790
BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA.	500
Total dos Acionistas Promotores	15 592 602
Mutualistas	34 407 398
Total	50 000 000

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

2. Modelo de Adequação de Capitais

Valores em milhares de euros

RUBRICAS	2012	2011	Variação
Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (1)	49 996	47 941	2 055
Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (excluindo fundos próprios suplementares) (2)	49 996	47 941	2 055
Fundos próprios de base (3)	49 804	47 743	2 062
Capital elegível (4)	50 000	50 000	-
Capital realizado	50 000	50 000	-
Reservas e Resultados elegíveis (8)	225	- 1 800	2 024
Reservas (9)	225	- 1 800	2 024
Resultados transitados de exercícios anteriores, reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos (10)	225	- 1 800	2 024
Resultados (positivos ou negativos) do último exercício e resultados (positivos ou negativos) provisórios do exercício em curso, quando não certificados (26)	789	2 024	- 1 235
(-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (53)	- 420	- 458	37
(-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis (54)	- 4	- 2	2
(-) Outros activos intangíveis/Imobilizações incorpóreas (55)	- 4	- 2	2
(-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (57)	- 417	- 456	39
Impostos diferidos activos não aceites como elemento positivo dos fundos próprios de base (61)	- 417	- 456	39
(-) Impostos diferidos activos associados a PRGC (62)	- 417	- 456	39
Fundos próprios complementares (65)	192	198	- 7
Fundos próprios complementares - Upper Tier 2 (66)	192	198	- 7
Provisões para riscos gerais de crédito (74)	192	198	- 7
Por memória: Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos a participações inferiores ou iguais a 10% do capital (86)	5 000	4 794	205
Participações em instituições de crédito e em instituições financeiras inferiores ou iguais a 10% do capital dessas instituições,	- 3	- 3	-
Fundos próprios de base totais para efeitos de solvabilidade (88)	49 804	47 743	2 062
Fundos próprios complementares totais para efeitos de solvabilidade (89)	192	198	- 7
Por memória: Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos excedentes dedutíveis I (95)	49 996	47 941	2 055
Por memória: Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos excedentes dedutíveis II (97)	49 996	47 941	2 055
Por memória:			
Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos (107)	49 996	47 941	2 055

Retirado os valores nulos.

-

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

Valores em milhares de euros

RUBRICAS	2012	2011	Variação
Requisitos de fundos próprios (1)	23 964	25 943	- 1 979,33
Requisitos de fundos próprios para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transacções incompletas (2)	21 745	24 016	- 2 271,00
Método Padrão (3)	21 745	24 016	- 2 271,00
Classes de risco no Método Padrão excluindo posições de titularização (4)	21 855	24 137	- 2 282,28
Instituições	12 007	13 574	- 1 566,63
Carteira de retalho	8 500	9 308	- 807,86
Posições garantidas por bens imóveis	87	105	- 17,77
Elementos vencidos	53	26	26,76
Outros elementos	1 207	1 124	83,21
(-) Provisões para risco gerais de crédito (6)	- 1 381	- 1 522	141,04
Requisitos de fundos próprios para risco operacional (21)	2 219	1 927	291,67
Método do Indicador Básico (22)	2 219	1 927	291,67
Por memória:			
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios, antes de requisitos transitórios de fundos próprios ou outros requisitos de fundos próprios (31)	26 032	21 998	4 034
Rácio de Solvabilidade (%), antes de requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios (32)	16,7%	14,8%	1,91%
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios (33)	26 032	21 998	4 034
Rácio de Solvabilidade (%) (34)	16,7%	14,8%	1,91%

Retirado os valores nulos.

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

3. Modelo Distribuição Geográfica das Posições em Risco

Valores em milhares de euros

	2012		2011	
	Posições em Risco Original	Posições em Risco Original (%)	Posições em Risco Original	Posições em Risco Original (%)
Beja	9 864	1,15%	11 076	1,14%
Évora	24 988	2,90%	27 149	2,80%
Faro	76 052	8,84%	90 009	9,29%
Ilha da Madeira	48 700	5,66%	55 600	5,74%
Lisboa	464 204	53,95%	517 113	53,37%
Setúbal	81 824	9,51%	101 222	10,45%
Outros	154 743	17,99%	166 718	17,21%
Total	860 374	100,00%	968 887	100,00%

4. Modelo Distribuição Sectorial das Posições em Risco

Valores em milhares de euros

	2012		2011	
	Posições em Risco Original	Posições em Risco Original (%)	Posições em Risco Original	Posições em Risco Original (%)
C - Industrias Transformadoras	195 951	22,78%	224 796	23,20%
F - Construção	84 981	9,88%	99 048	10,22%
G - Comércio por grosso e a retalho	260 303	30,25%	289 785	29,91%
I - Alojamento, Restauração e similares	97 742	11,36%	115 627	11,93%
Outros	221 397	25,73%	355 258	36,67%
Total	860 374	100,00%	968 887	111,93%

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

5. Modelo Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objeto de Imparidade

Valores em milhares de euros

CAE	2012			2011		
	Posições em risco vencidas	Posições em risco de imparidade	Correções de valor e provisões	Posições em risco vencidas	Posições em risco de imparidade	Correções de valor e provisões
A - Agricultura, produção Animal e Caça	7,6	107,4	70,4	5,5	146,4	75,1
C - Industrias Transformadoras	4 392,2	4 410,4	8 224,1	2 531,1	5 865,7	6 530,5
F - Construção	5 801,6	4 876,6	8 324,9	1 849,5	5 265,1	5 202,0
G - Comercio por Grosso e Retalho	7 353,7	5 982,2	12 273,0	3 842,9	8 001,2	8 772,3
H - Transportes e armazenamento	427,6	902,5	1 091,2	1 429,8	914,4	2 015,7
I - Alojamento, Restauração e similares	1 857,1	2 798,0	4 565,7	1 130,8	3 499,3	3 682,9
J - Atividades de Informação e de comunicação	481,7	704,4	1 166,9	254,0	855,4	781,2
K - Atividades Financeiras e de Seguros	408,6	460,4	869,0	95,3	430,4	486,0
L - Atividades Imobiliárias	336,5	201,0	488,9	167,5	98,2	414,4
M - Atividades de Consultadoria, científicas	1 052,1	1 222,0	2 007,6	890,8	1 703,1	1 947,0
N - Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	854,6	704,3	1 415,0	435,2	597,9	861,5
Outros CAE's	703,2	1 399,7	1 897,3	487,9	1 380,9	1 334,6
Total	23 676,4	23 768,8	42 393,9	13 120,4	28 758,0	32 103,3

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

Valores em milhares de euros

Região	2012			2011		
	Posições em risco vencidas	Posições em risco de imparidade	Correções de valor e provisões	Posições em risco vencidas	Posições em risco de imparidade	Correções de valor e provisões
Aveiro	699,1	580,2	1 129,0	381,3	985,2	1 122,6
Braga	477,9	483,7	885,0	188,4	321,0	423,3
Évora	361,0	850,4	1 101,3	242,7	1 056,4	959,1
Faro	2 875,5	3 246,9	5 001,9	1 734,7	4 039,8	4 062,2
Ilha da Madeira	784,2	1 291,1	1 780,1	403,1	1 336,1	1 279,0
Leiria	508,3	485,1	986,0	294,4	711,2	896,0
Lisboa	12 809,0	12 183,1	22 483,2	7 126,5	14 765,3	16 659,3
Porto	989,5	957,4	1 850,3	528,4	966,0	1 273,2
Santarém	407,5	281,0	642,3	236,8	534,4	561,4
Setúbal	2 949,3	2 385,7	4 839,7	1 543,1	3 009,1	3 758,9
Outras Regiões	815,3	1 024,1	1 695,1	440,9	1 033,4	1 108,3
Total	23 676,4	23 768,8	42 393,9	13 120,4	28 758,0	32 103,3

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

6. Modelo Correções de Valor e Provisões

Valores em milhares de euros

	2012				
	Saldo Inicial	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Saldo Final
Correção Valores Associados ao crédito vencido	12 789,9	13 137,2	-	2 882,5	23 044,6
Provisões para riscos de crédito	1 963,4	566,3	-	659,4	1 870,2
Para Garantias	19 313,5	11 085,0	-	11 681,0	18 717,5
Total	34 066,7	24 788,5	-	15 222,9	43 632,3

Valores em milhares de euros

	2011				
	Saldo Inicial	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Saldo Final
Correção Valores Associados ao crédito vencido	7 625,5	6 771,4	-	1 607,0	12 789,9
Provisões para riscos de crédito	2 195,4	590,3	-	822,4	1 963,4
Para Garantias	13 753,1	14 105,6	-	8 545,3	19 313,5
Total	23 574,0	21 467,3	-	10 974,6	34 066,7

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

7. Modelo Posições em Risco

Valores em milhares de euros

Classe de Risco	Posição em Risco Original 2012	Posição em Risco Original 2011
Classe de Risco I - Administradores ou Bancos Centrais	9 064	6 878
Classe de Risco VI - Instituições	57 826	61 436
Classe de Risco VIII - Carteira de retalho	854 706	962 490
Classe de Risco X - Elementos vencidos	22 753	12 300
Classe de Risco IX - Posições de bens imóveis	12 306	12 078
Classe de Risco XIII - Outros Elementos	29 456	26 379
Total	986 112	1 081 561

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

8. Provisões Constituídas por Classe de Crédito Vencido

Valores em milhares de euros

	Crédito Elegível	Provisão Existente
Até 3 meses	923	820
De 3 a 6 meses	1 472	1 368
De 6 a 12 meses	4 777	4 470
De 12 a 24 meses	7 075	6 959
De 24 a 36 meses	3 455	3 454
Superior a 36 meses	5 974	5 974
Total	23 676	23 045

9. Modelo Prazo de Vencimento Residual

	VR < 1 ano	1 ano < VR < 5 anos	5 anos < VR < 10 anos	VR > 10 anos
2011	8,69%	70,18%	18,11%	3,02%
2012	5,73%	74,93%	15,36%	3,97%

Nota: Apesar de alguns contratos serem de prazo renovável, foi assumido o prazo de vencimento residual a 31 de Dezembro de 2012.

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

10. Modelo Método Padrão

Valores em milhares de euros

		Ponderadores de Risco								Total
		0%	10%	20%	35%	50%	75%	100%	150%	
Posição em Risco Original por classe de Risco	I	9 064,23	-	-	-	-	-	-	-	9 064,23
	VIII	-	-	-	-	-	854 705,83	-	-	854 705,83
	VI	10 525,31	-	47 300,45	-	-	-	-	-	57 825,77
	X	-	-	-	-	-	-	21 858,69	894,67	22 753,36
	IX	-	-	-	2 672,69	7 717,11	1 916,68	-	-	12 306,48
	XIII	2,15	-	-	-	27 993,12	1 460,59	-	-	29 455,86
		Total de Posições em Risco Original								
		19 591,69	-	47 300,45	2 672,69	35 710,22	858 083,10	21 858,69	894,67	986 111,53
Posição em Risco por classe de Risco (base de incidência dos ponderadores)	I	9 064,23	-	-	-	-	-	-	-	9 064,23
	VIII	-	-	-	-	-	141 667,95	-	-	141 667,95
	VI	10 525,31	-	750 465,29	-	-	-	-	-	760 990,60
	X	-	-	-	-	-	-	254,98	273,46	528,44
	IX	-	-	-	565,85	1 778,41	0,00	-	-	2 344,25
	XIII	2,15	-	-	-	27 993,12	1 460,59	-	-	29 455,86
		Total de Posições ponderadas pelo Risco								
		19 591,69	-	750 465,29	565,85	29 771,53	143 128,54	254,98	273,46	944 051,33
Total das Posições Ponderadas pelo Risco		-	-	150 093,06	198,05	14 885,76	107 346,40	254,98	410,19	273 188,44
Deduções aos Fundos próprios										-
Requisitos de Fundos Próprios por classe de Risco	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VIII	-	-	-	-	-	8 500,08	-	-	8 500,08
	VI	-	-	12 007,44	-	-	-	-	-	12 007,44
	X	-	-	-	-	-	-	20,40	32,82	53,21
	IX	-	-	-	15,84	71,14	-	-	-	86,98
	XIII	-	-	-	-	1 119,72	87,64	-	-	1 207,36
		Total de Posições em Risco								
		-	-	12 007,44	15,84	1 190,86	8 587,71	20,40	32,82	21 855,08

RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

11. Modelo Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método Padrão

Valores em milhares de euros

Decomposição do total das posições por classe de risco	Posição em risco líquida (2012)	Posição em risco líquida (2011)	Posição em risco média líquida (2012)	Posição em risco média líquida (2011)	Protecção pessoal do Crédito: Valor da protecção totalmente ajustado (GA) (2012)		Protecção pessoal do Crédito: Valor da protecção totalmente ajustado (GA) (2011)	
					Garantias	Derivados de Crédito	Garantias	Derivados de Crédito
Classe Risco I - Administrações Centrais ou Bancos Centrais	9 064	6 878	7 971	3 439	-	-	-	-
Classe Risco VI - Instituições	57 826	61 436	59 631	57 320	-	-	-	-
Classe Risco VIII - Carteira de retalho	835 245	942 403	888 824	1 020 565	693 577	-	787 270	-
Classe Risco IX - Posições com Garantia de bens imóveis	11 932	11 853	11 893	12 642	9 588	-	9 619	-
Classe Risco X - Elementos vencidos	528	266	397	209	-	-	-	-
Classe Risco XIII - Outros elementos	29 456	26 379	27 917	19 211	-	-	-	-
Total das Posições	944 051	1 049 215	996 633	1 113 385	703 165	-	796 889	-